

Comunicação, cuidado e governança comunitária em contextos de desastres

Cocriação de soluções com comunidades afetadas pelas inundações de 2024 em Porto Alegre (RS)

Communication, Care, and Community Governance in Disaster Contexts

Co-creating solutions with communities affected by the 2024 floods in Porto Alegre (Brazil)

Rosângela Florczak de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Luana Chinazzo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Francielle Benett Falavigna

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

O artigo analisa a resposta comunitária às inundações de 2024 em dois bairros de Porto Alegre (RS), a partir de workshops desenvolvidos com base na Investigação Apreciativa. O objetivo foi compreender vivências, sistematizar aprendizados e cocriar estratégias de comunicação e cuidado com as comunidades do Sarandi e da Cidade Baixa. Os resultados evidenciam que comunicação, cuidado e governança constituem um ecossistema relacional de resposta aos desastres, sustentado por redes de solidariedade, saberes situados e infraestruturas afetivas. Emergiram propostas como comitês de crise, planos de evacuação, protocolos comunitários de comunicação e ações educativas. A cultura do cuidado revelou-se prática política e estruturante da vida coletiva, com potencial para reconfigurar estratégias públicas de gestão de risco. Conclui-se que políticas de prevenção e

comunicação precisam incorporar práticas participativas e epistemologias do cuidado, reconhecendo as comunidades como produtoras legítimas de conhecimento e protagonistas da reconstrução social.

Palavras-chave: Comunicação de risco. Ética do cuidado. Projeto extensionista. Desastres socioambientais.

Abstract

This paper analyzes the community response to the 2024 floods in two neighborhoods of Porto Alegre (RS), in Brazil, based on workshops developed using Appreciative Inquiry. The aim was to understand local experiences, systematize collective learning, and co-create communication and care strategies with the communities of Sarandi and Cidade Baixa. The results show that communication, care, and governance form a relational ecosystem of disaster response, supported by networks of solidarity, situated knowledge, and affective infrastructures. Proposals such as crisis committees, evacuation plans, community communication protocols, and educational actions emerged. The culture of care proved to be a political and structuring practice of collective life, with the potential to reshape public risk management strategies. It is concluded that prevention and communication policies must incorporate participatory practices and epistemologies of care, recognizing communities as legitimate knowledge producers and key actors in social reconstruction.

Keywords: Risk communication. Ethics of Care. Community Outreach Project. Socio-Environmental Disasters.

Introdução

O desastre que atingiu o Rio Grande do Sul (Brasil) em 2024 expôs falhas na gestão de risco, fragilidades estruturais acumuladas e desigualdades sociais que moldam de forma assimétrica a vulnerabilidade urbana. Além dos 496 municípios afetados por enchentes, inundações, enxurradas, deslocamentos de terra e outros eventos (Gandra, 2025), as chuvas entre abril e maio daquele ano revelaram o entrelaçamento entre fatores climatológicos extremos, intensa concentração urbana na região metropolitana, insuficiência de políticas de prevenção e a precariedade de sistemas de comunicação estratégica. Nesse contexto, comunidades gaúchas vivenciaram não apenas perdas materiais, mas também experiências de desorientação, abandono e ruptura de vínculos, ampliadas pela falha dos sistemas oficiais de alerta e pela circulação de desinformação. Ao mesmo tempo, emergiram formas autônomas de ação e

reorganização comunitária, por meio de práticas de cuidado, da solidariedade e da comunicação horizontal, que demonstraram a potência da ação comunitária. Essas práticas, embora muitas vezes invisibilizadas, sustentaram os laços sociais e permitiram respostas rápidas, sensíveis e eficazes.

O conceito de risco formulado por Beck (2011; 2018) oferece uma lente possível para compreender a crise vivida no estado, como manifestação hologramática de um novo comum que parece se manifestar globalmente. Para o autor, as sociedades contemporâneas atravessam um processo de ampliação da produção social de riscos, que se tornam globalizados, invisíveis e profundamente desiguais em seus efeitos. O desastre de 2024 insere-se nessa lógica, ao mesmo tempo em que evidencia, como sugere Bauman (2001; 2016), as fragilidades da modernidade líquida, caracterizada pela instabilidade, pelo colapso das garantias institucionais e pela necessidade de respostas localizadas para crises que se manifestam de modo descontínuo e imprevisível.

Se, por um lado, a emergência climática e a desordem institucional compõem o pano de fundo estrutural do desastre, por outro as respostas comunitárias revelam um laço social ativo e resistente – aquilo que Balandier (2019) identificava como a capacidade dos grupos sociais de produzir formas próprias de ordem diante do colapso das estruturas instituídas. Esse laço, sempre em movimento, se fortalece em situações críticas, reorganizando o coletivo a partir de princípios de proximidade, corresponsabilidade e cuidado.

A ética do cuidado, conforme formulada por Gilligan (1982), oferece uma interpretação alternativa ao paradigma individualista das políticas de emergência, ao propor que a vida humana se sustenta por um conjunto de práticas interdependentes e relacionais. Tronto (1993; 2013) amplia esse entendimento ao afirmar que o cuidado é atividade política, estruturada em fases que envolvem atenção, responsabilidade, competência e resposta. Já Brugère (2023) contribui ao reconectar cuidado à vulnerabilidade e ao reconhecimento, aproximando-o das dinâmicas vividas pelos territórios analisados.

A comunicação aparece, nesse cenário, não como um conjunto de ferramentas técnicas, mas como prática relacional que produz vínculo, confiança e sentido, em consonância com o que defende Wolton (2006) de que comunicar não é simplesmente transmitir informações, mas negociar sentidos, reconhecer e construir presença. Essa perspectiva é também sustentada por Freire (2019) e hooks (2013), para quem a comunicação se realiza no diálogo, na escuta e na abertura ao outro, elementos que se tornaram decisivos nos relatos de comunidades durante e após a enchente.

Com o objetivo de dar voz a esses relatos, mas, sobretudo, compreender os desastres de 2024 não apenas como eventos naturais, e sim como fenômenos complexos que tensionam as estruturas políticas, éticas e comunicacionais da vida coletiva, este artigo analisa os processos de escuta, imaginação coletiva e planejamento participativo desenvolvidos em quatro workshops realizados com moradores dos bairros Sarandi e Cidade Baixa, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, após as inundações de 2024. O objetivo é compreender de que modo práticas comunitárias de cuidado e comunicação emergem como formas de governança local em contextos de desastre socioambiental, bem como identificar os aprendizados e as estratégias coletivamente elaborados nesses territórios.

Fundamentos etico-comunicacionais do cuidado

A ética do cuidado é adotada nesta pesquisa como eixo estruturante, deslocando a compreensão de cuidado como prática privada ou sentimental para o seu papel central na sustentação da vida coletiva. O conceito foi inicialmente formulado por Gilligan (1982) como uma alternativa crítica à moralidade abstrata universalista, chamando atenção para a importância das relações, da empatia e da interdependência na tomada de decisões humanas, a partir de uma perspectiva feminista. Tronto (1993), por sua vez, ampliou essa concepção ao definir o cuidado como uma atividade política, pois envolve decisões sobre quem cuida, de quem, como e com quais recursos, decisões que estruturam a sociedade e expressam suas prioridades. A autora também identifica fases essenciais do cuidado — notar, assumir responsabilidade, prestar cuidado e receber o retorno — e as coloca no centro de uma democracia que reconhece vulnerabilidades e interdependência. Em *Caring Democracy* (2013), Tronto propõe que só haverá sociedades mais justas quando o cuidado for assumido como princípio organizador da vida pública, e não mais relegado ao âmbito privado.

A centralidade do cuidado como prática estrutural também é destacada por Kittay (1999), ao relacioná-la à dependência recíproca que caracteriza todas as fases da vida humana e que revela as desigualdades sociais. Sua proposta de um *Estado doulia* — aquele que cuida de quem cuida — desafia o liberalismo individualista e reafirma a interdependência como base da justiça social. Da mesma forma, Biroli (2016) denuncia a privatização do cuidado e sua alocação desigual às mulheres, sobretudo negras e pobres, reforçando a necessidade de sua politização como direito coletivo e responsabilidade institucional. Ela ainda reforça a dimensão política do cuidado ao relacioná-lo à democracia e ao reconhecimento das responsabilidades compartilhadas. As contribuições de Molinier e Paperman (2015) também reforçam a crítica ao apagamento do cuidado nos discursos organizacionais e institucionais, nos quais predomina a lógica da gestão, da produtividade e da racionalidade instrumental. As autoras propõem

descompartmentalizar o cuidado, explorando suas dimensões afetivas, éticas e corporais do cuidado e compreendendo-o como trabalho que sustenta a vida cotidiana e que é distribuído de forma desigual nas sociedades capitalistas.

Boff (1999) propõe uma compreensão do cuidado que integra ética, espiritualidade e compaixão, deslocando-o de uma função meramente técnica para uma prática profundamente humana e relacional. Em sua visão, cuidar implica envolver-se com o outro de forma sensível e comprometida, o que se expressa por meio de gestos, palavras, silêncios e acolhimento corporal. Nesse contexto, comunicar com cuidado significa cultivar uma atitude compassiva diante da dor e da fragilidade alheias — uma ética da ternura que sustenta os vínculos.

Essa concepção dialoga com tradições filosóficas africanas, especialmente na leitura de Machado (2022), que resgata a noção de *Ubuntu* como fundamento de uma ética do pertencimento: “eu sou porque nós somos”. Aqui, o cuidado se manifesta como dimensão coletiva, afetiva e espiritual da vida em comunidade, e a compaixão torna-se um elo entre vulnerabilidade e convivência. Além disso, ao aproximar cuidado e comunicação das epistemologias do reconhecimento, Machado propõe uma perspectiva decolonial que desloca os critérios tradicionais de validação do saber. Cuidar, nesse caso, é também escutar, narrar, calar e se relacionar de maneiras que são fundamentais para uma comunicação verdadeiramente ética e inclusiva. A comunicação cuidadosa, portanto, emerge como prática de reparação, de escuta ativa e de reconhecimento de vozes historicamente silenciadas.

Toro (2023) reforça essa inflexão ao propor o cuidado como paradigma ético de uma nova civilização, capaz de orientar a convivência em tempos de colapso institucional e ambiental. Para o autor, o cuidado deve ser compreendido como valor social organizador, base para a construção de sociedades mais humanas e solidárias. Ao articular cuidado e comunicação, Toro argumenta que comunicar é tornar o outro presente no espaço comum da linguagem, o que transforma a comunicação em exercício de coabitação simbólica, reconhecimento mútuo e corresponsabilidade. Nessa perspectiva, a comunicação não apenas expressa o cuidado: ela é constitutiva da própria cultura do cuidado. Sem comunicação, não há cuidado possível; sem cuidado, não há comunicação ética.

A comunicação, nesta abordagem, não é compreendida como uma forma de transmitir informação, mas como dimensão material e simbólica do cuidado. O campo da comunicação contribui significativamente para esta discussão. O modelo técnico-instrumental da comunicação, representado pelo paradigma matemático de Shannon e Weaver dos anos 1940 (1964), mostra-se insuficiente para dar conta das

complexas dinâmicas sociais em tempos de crise, pois reduz o processo comunicacional a um fluxo de dados entre emissores e receptores, mesmo quando se consideram fluxos multidirecionais. Conforme defende Wolton (2006), comunicar, mais do que apenas informar, é construir relação, o que implica reconhecer o outro em sua dignidade e singularidade. Essa concepção é aprofundada por autores como Freire (2019) e hooks (2013), que entendem a comunicação como prática de liberdade, diálogo e transformação. Comunicar, nesse sentido, implica escutar e ser afetado pelo outro, uma atitude que se aproxima radicalmente da ética do cuidado, que assume relevância significativa no contexto da sociedade de risco.

Cuidado, comunicação e governança comunitária em tempos de crise

A intensificação dos eventos climáticos extremos, como as inundações de 2024 no Rio Grande do Sul, insere-se no contexto mais amplo daquilo que Beck (2011) nomeou de “sociedade do risco”. Segundo o autor, vivemos em um tempo marcado pela produção globalizada de riscos invisíveis e assimetricamente distribuídos, cujos efeitos recaem com mais intensidade sobre populações já vulnerabilizadas. Bauman (2001) contribui para essa reflexão ao propor a concepção de “modernidade líquida”, isto é, uma contemporaneidade marcada pela fragilidade das instituições, pela desagregação dos vínculos sociais e pela insegurança como condição estrutural. Nessas condições, os sistemas estatais de proteção tornam-se insuficientes, e as respostas aos desastres precisam ser pensadas a partir das redes locais, das comunidades afetadas e de seus saberes situados.

Frente à ausência ou fraqueza das respostas institucionais nos desastres, comunidades afetadas têm ativado formas autônomas de organização, baseadas em redes de solidariedade, no mapeamento de necessidades, nas práticas de escuta e na partilha de informações. Essas experiências indicam a emergência de formas de governança comunitária do cuidado, entendidas aqui como modos de agir coletivamente em situações-limite, fora ou à margem do Estado.

Propõe-se pensar essas práticas como parte de um ecossistema comunicacional do cuidado, no qual linguagem, escuta, afeto e decisão coletiva são elementos estruturantes da vida em comum. Nessas dinâmicas, especialmente em contextos de crise, comunicar exige presença, tempo, silêncio, reciprocidade e atenção – dimensões frequentemente ausentes na linguagem institucional-organizacional, mas constitutivas das práticas comunitárias de cuidado. Nessa perspectiva, a comunicação orientada pelo cuidado pode ser compreendida como um dispositivo relacional capaz de mobilizar sujeitos, reconstruir vínculos sociais fragilizados e contribuir para a reordenação simbólica de territórios marcados por trauma,

perda e ruptura (Tronto, 2013; Brugère, 2023). Como indicam as reflexões sobre a ética e as práticas sociais do cuidado, comunicar também implica sustentar o outro em sua vulnerabilidade, reconhecer sua história e valorizar sua potência de agir no mundo (Molinier; Paperman, 2015). Trata-se, portanto, de deslocar o olhar estritamente técnico-instrumental da gestão de riscos para uma perspectiva que reconheça as práticas cotidianas de vida, solidariedade e resistência produzidas coletivamente nos territórios.

A construção de estratégias comunicacionais em contextos de crise exige deslocar o foco da transmissão de mensagens para o engajamento dialógico com os territórios afetados. Como argumentam Vásquez-Guevara, Weiss e McIntosh White (2022), esse engajamento se fortalece por meio de processos participativos de codesign, que ampliam a eficácia das ações comunicacionais e também reconhecem a expertise das comunidades como elemento central na formulação de soluções culturalmente relevantes e sustentáveis. Ao incorporar práticas de escuta ativa, empatia e corresponsabilidade, a cocriação reposiciona a comunicação como um processo ético e democrático. Nesse sentido, a governança comunitária não se refere apenas à ação coletiva em momentos de emergência, mas à criação de espaços permanentes de escuta, reconhecimento e colaboração entre diferentes atores — moradores, gestores públicos, comunicadores, pesquisadores e técnicos.

Como destacam Giardullo *et al.* (2023), os saberes locais não são somente “dados culturais” a serem considerados após decisões técnicas, mas repertórios epistemológicos legítimos e essenciais para diagnosticar, prever e responder a riscos de forma ética e situada. Por isso, segundo os autores, práticas como a ciência cidadã devem ser compreendidas em sua dimensão social e política, pois desafiam estruturas tradicionais de poder e reconfiguram as relações entre ciência e sociedade. Assim, estratégias comunicacionais construídas com (e não apenas para) as comunidades ampliam a legitimidade, a confiança e o impacto das respostas institucionais, contribuindo para formas mais justas, eficazes e enraizadas de governança comunitária.

Ao integrar essas perspectivas, este trabalho adota uma compreensão relacional, ética e política da comunicação de risco e da governança comunitária. Parte-se da premissa de que os desastres não são apenas eventos naturais, mas também manifestações de vulnerabilidades historicamente construídas e falhas estruturais de escuta, cuidado e resposta institucional. Nessa direção, os dados produzidos nos quatro workshops realizados com moradores dos bairros Sarandi e Cidade Baixa de Porto Alegre/RS são interpretados como expressões de epistemologias do cuidado, enraizadas nas vivências, práticas e linguagens das comunidades atingidas.

Essas epistemologias, ao emergirem de processos coletivos de escuta, partilha e reconstrução simbólica do vivido, colocam em xeque modelos hierárquicos e tecnocráticos de gestão do risco. Elas reafirmam que o conhecimento necessário para enfrentar desastres contemporâneos não reside apenas em centros especializados, mas é também produzido nos territórios, por sujeitos que experienciam diretamente os efeitos das crises. Ao reconhecer essa potência, este estudo inscreve-se no horizonte de uma comunicação comprometida com a justiça social e a democracia participativa — uma comunicação cuidadosa, que legitima os saberes situados, fortalece os vínculos comunitários e contribui para o desenvolvimento de formas mais justas, sensíveis e sustentáveis de governança.

A articulação entre ética do cuidado, comunicação e governança comunitária constitui, portanto, o enquadramento analítico deste estudo. A ética do cuidado oferece a base normativa para compreender as práticas de solidariedade e interdependência observadas nos territórios; a comunicação é compreendida como prática relacional de construção de sentido e de coordenação coletiva; e a governança comunitária emerge como forma de organização social capaz de responder, ainda que provisoriamente, às lacunas das respostas institucionais em contextos de crise. É a partir desse enquadramento que são analisados os dados produzidos nos workshops.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, participativa e exploratória, fundamentada nos princípios da Investigação Apreciativa e na pesquisa-ação. Ambas as metodologias partem do reconhecimento de que as comunidades não são apenas fontes de dados, mas sujeitos epistêmicos e agentes ativos na produção de conhecimento e na formulação de soluções para os desafios que enfrentam.

A Investigação Apreciativa (IA), desenvolvida por Cooperrider e Whitney (2005), propõe uma abordagem dialógica e relacional para compreender e transformar contextos organizacionais e sociais. Inspirada nos fundamentos da psicologia positiva e do construtivismo (Seligman, 2012; Araújo, 2013; Palludo; Koller, 2007), a IA busca ativar potencialidades humanas, promover engajamento e fortalecer vínculos comunitários, fomentando uma cultura organizacional em que “se descobre, cria, compartilha e implementa o conhecimento de uma maneira intencional e ativa” (Varona, 2009, p. 2-3). Em vez de destacar as falhas de um dado contexto, o foco está na valorização das virtudes, nas experiências bem-sucedidas e nos sonhos compartilhados pelos sujeitos organizacionais.

O processo metodológico da IA desenvolve-se em quatro fases: 1. Descobrir, 2. Sonhar, 3. Desenhar e 4. Viver, entendidas como etapas de escuta, imaginação, planejamento e ação coletiva. Segundo Varona (2009), os limites do processo são definidos pela criatividade e pela capacidade dos sujeitos de materializar o sonho comum. Nesse sentido, a comunicação é compreendida para além de seu papel de mediação, como espaço de produção de sentido e transformação coletiva.

A pesquisa foi conduzida em dois territórios de Porto Alegre/RS afetados pelas inundações de 2024: os bairros Sarandi (zona norte) e Cidade Baixa (zona central). O Sarandi, com cerca de 51 mil habitantes (IBGE, 2022), caracteriza-se como território periférico, com forte presença de populações negras e quilombolas, como o Quilombo dos Machado, e histórico de desigualdade socioespacial, insegurança hídrica e precariedade de infraestrutura urbana. O bairro teve aproximadamente 80% de sua área alagada, e cerca de 26 mil moradores afetados nas enchentes. Já a Cidade Baixa, com população estimada em 13 mil pessoas (IBGE, 2022), é uma área central marcada por forte atividade cultural e noturna, presença de instituições assistenciais e comunidades vulneráveis, como pessoas em situação de rua e lares de idosos. Foi severamente afetada devido à falha no sistema de contenção de cheias, resultando em alagamentos extensos que obrigaram a evacuação de moradores e comerciantes.

A escolha dos territórios ocorreu a partir de critérios como: grau de impacto do desastre, existência de redes comunitárias prévias, diversidade social e disposição das lideranças locais em cocriar estratégias de prevenção. Após uma etapa de etnografia e escuta inicial com moradores, educadores, líderes religiosos e agentes comunitários, foi construído o cronograma dos quatro workshops em cada bairro, realizados entre abril e setembro de 2025. As oficinas aconteceram em espaços simbólicos e de confiança das comunidades: no Sarandi, a escola municipal Dr. Liberato Salzano e a Paróquia São José; na Cidade Baixa, a Fundação Pão dos Pobres e o Santuário Santo Antônio. Os encontros foram organizados em pequenos grupos de discussão formados por voluntários diretamente afetados pelas inundações¹. Nesses grupos, os moradores dialogaram sobre suas vivências, estratégias de enfrentamento e perspectivas de futuro. As falas foram sistematizadas em registros coletivos e, posteriormente, compartilhadas com os próprios participantes, permitindo o cruzamento de percepções e a ampliação dos significados emergentes.

O *corpus* empírico é composto por transcrições de áudio, anotações de campo, relatórios produzidos por bolsistas e pesquisadoras, quadros de categorização e sínteses produzidas coletivamente durante os

¹ Na Cidade Baixa, cada sessão reuniu 20 participantes, enquanto, no Sarandi, o número variou entre 15 e 18 pessoas. As oficinas contaram com a participação rotativa dos moradores, sem repetição entre os grupos. Ao todo, foram envolvidas 137 pessoas, conforme registros das listas de presença.

encontros. A análise foi conduzida a partir de codificação temática, com atenção à preservação da integridade das falas, dos afetos e dos sentidos atribuídos pelas comunidades a suas próprias experiências. A pesquisa-ação permitiu que a equipe atuasse de forma colaborativa, não como observadora externa, mas como facilitadora de processos que já existiam nos territórios, reconhecendo a legitimidade dos saberes locais.

Além da etapa de escuta e sistematização, o caráter extensionista da pesquisa contou com a devolutiva dos resultados por meio da cocriação de estratégias comunicacionais comunitárias, desenvolvidas nas fases Desenhar e Viver dos workshops. Tais etapas produziram recomendações técnicas e consolidaram processos de aprendizagem mútua e fortalecimento comunitário.

Resultados no Território Sarandi

As oficinas realizadas no bairro Sarandi revelaram a potência das redes de solidariedade local diante da ausência de respostas institucionais às enchentes de 2024. Ao longo das quatro fases da Investigação Apreciativa — Descobrir, Sonhar, Desenhar e Viver —, os moradores construíram coletivamente um diagnóstico sensível da crise, imaginaram possibilidades de ação e formularam propostas concretas de cuidado e governança comunitária.

Fase 1 – Descobrir: memória coletiva do desastre

Na fase inicial, Descobrir, as narrativas foram marcadas pela forte presença de ações espontâneas de cuidado e organização popular. Sem a presença efetiva do poder público, os moradores relataram que assumiram responsabilidades como rondas de segurança, distribuição de alimentos, acolhimento de vizinhos e proteção de casas alheias. Como relatou um participante do workshop: “O clube nos acolheu e fomos procurar a igreja. Foi muito importante esse movimento nesse sentimento de pertencimento”. A comunicação emergencial foi sustentada principalmente por grupos de WhatsApp, que se consolidaram como canais confiáveis para compartilhamento de informações, relatos e demandas: “Comunicação entre as comunidades, de marmitas, tudo por grupo de Whatsapp”, destacou um outro participante.

O humor apareceu como um mecanismo cultural de enfrentamento coletivo. A repetição da expressão “ifood, ifood” entre vizinhos — usada para avisar a chegada de comida em meio à crise — simbolizou o uso da criatividade como estratégia emocional para lidar com o trauma e reafirmar os vínculos afetivos. A presença de lideranças femininas na organização das doações e na escuta dos afetados também foi destacada.

Espaços como a paróquia, a escola e o clube social foram identificados como infraestruturas afetivas e protetivas, reafirmando seu papel central na organização do cuidado. Além disso, redes como o Quilombo dos Machado, a cooperativa Univens e o Banco Justa Troca foram lembradas como estruturas pré-existentes que sustentaram as ações durante o desastre.

Essas experiências expressam dimensões centrais da ética do cuidado, conforme formulada por Tronto (1993): a atenção, a responsabilidade assumida espontaneamente, o cuidado prestado e a resposta recebida. O cuidado, nesses relatos, revelou-se como prática relacional e política.

Fase 2 – Sonhar: imaginação de soluções comunitárias

Na segunda fase, Sonhar, a comunidade foi estimulada a imaginar um sistema ideal de comunicação, cuidado e prevenção de desastres. As propostas refletiram a busca por acessibilidade, confiabilidade e autonomia na comunicação de risco.

Destacou-se o desejo de criar um aplicativo comunitário, capaz de emitir alertas, informar rotas de fuga, disponibilizar materiais educativos e conectar moradores com instituições de apoio. Os participantes também propuseram a instalação de placas ilustrativas com instruções claras espalhadas pelo bairro, o uso de sirenes em áreas críticas e a produção de cartilhas acessíveis com linguagem simples e visual.

A preocupação com a desinformação levou à proposta de criação de uma rede interna de validação comunitária das informações, com base em vínculos de confiança já estabelecidos. A ideia de formar agentes comunitários de comunicação também surgiu como estratégia de fortalecimento das redes locais.

Fase 3 – Desenhar: planos de ação e organização comunitária

Na terceira etapa, Desenhar, os sonhos foram transformados em propostas estruturadas de ação. Foi delineada a criação de comitês locais de cuidado e comunicação, compostos por moradores, lideranças religiosas, integrantes de coletivos locais e representantes de instituições parceiras.

Entre as ações planejadas, destacam-se: 1) A formação de redes comunitárias de acolhimento e resposta rápida; 2) A implementação de um protocolo interno contra desinformação; 3) A remuneração de lideranças comunitárias pela atuação em contextos de crise; 4) A oferta de atendimento psicológico aos afetados; e 5) O mapeamento participativo do território, com foco na identificação de áreas de risco e pontos de abrigo.

A comunicação foi definida como eixo estruturante da governança comunitária. Foram sugeridos sistemas multimodais de alerta (sirenes, redes sociais, rádio comunitária, cartazes, aplicativos), sempre

associados à produção de vínculos e confiança: “A nossa preocupação maior aqui era não se afastar da comunidade”, preconizou um participante. O cuidado, nesse caso, foi compreendido como uma prática de escuta, organização e ação coletiva.

Fase 4 – Viver: consolidação das propostas e continuidade

Na etapa final, Viver, os projetos desenhados foram organizados em quatro eixos estruturantes, que orientam a continuidade das ações no território:

1. Rede Comunitária de Proteção e Resposta – articulação entre moradores e instituições locais para atuação coordenada em situações de crise;
2. Cuidar é Comunicar – Educação para o Risco – formação de agentes multiplicadores, produção de materiais didáticos e ações educativas;
3. Vozes que Cuidam – Informação e Confiança – fortalecimento das redes de informação comunitária, combate à desinformação e estímulo à escuta ativa;
4. Cuidar de Quem Cuida – Sustentabilidade das Lideranças – reconhecimento do trabalho comunitário com apoio emocional, logístico e financeiro às lideranças.

Resultados no Território Cidade Baixa

Fase 1 – Descobrir: memória coletiva do desastre

Durante a primeira etapa da pesquisa, a comunidade da Cidade Baixa relatou suas experiências vividas durante as enchentes de 2024 destacando especialmente o colapso da comunicação oficial e a ausência de protocolos eficazes de emergência. As sirenes soaram tardiamente, e a presença de helicópteros e agentes públicos utilizando megafones, sem qualquer coordenação, apenas ampliou o pânico coletivo. Em meio à desinformação e à circulação massiva de *fake news*, o WhatsApp emergiu como o canal mais confiável de troca e verificação de informações, tornando-se uma ferramenta central de articulação entre lideranças locais e moradores. Segundo um participante, “internamente surgiram diversos grupos de WhatsApp e telefones [...]. O que funcionou para nós foi muito o telefone do WhatsApp e os grupos do WhatsApp”.

A Fundação Pão dos Pobres, localizada na região, assumiu um papel estratégico de apoio, oferecendo abrigo, alimentação, atendimento psicológico e apoio emocional a centenas de pessoas, inclusive com a transferência de acolhidos para estruturas alternativas. Moradores relataram que a escuta ativa e o simples

ato de estar presente para acolher o sofrimento alheio foram práticas fundamentais de cuidado e resistência. Nesse contexto, escolas, universidades e igrejas funcionaram como centros de apoio e abrigo, reforçando a importância das infraestruturas afetivas e educativas em tempos de crise: “a educação, pelo menos, abriu as portas enquanto todo mundo estava atrapalhado, perdido. A sociedade sempre estava tomando a frente”, relatou outro participante.

A atuação rápida e espontânea de voluntários — muitos sem qualquer capacitação formal para o enfrentamento de desastres — demonstra a potência das redes de solidariedade. Como apontaram os participantes, a ausência do Estado foi compensada, ainda que de forma precária, por uma intensa mobilização local. O cuidado, nessa fase, foi compreendido como prática relacional e política, conforme definido por Tronto (1993), revelando-se nos gestos cotidianos de apoio, escuta, acolhimento e reorganização simbólica diante do trauma coletivo.

Fase 2 – Sonhar: imaginação de soluções comunitárias

Na segunda fase, Sonhar, entre os desejos projetados pelos moradores da Cidade Baixa estavam: a criação de centros comunitários equipados para atuar em situações de crise; a instalação de contêineres resistentes para armazenamento de alimentos e itens essenciais; a sinalização de rotas de fuga; e a instalação de geradores de energia elétrica. A formação de um comitê de crise comunitário foi apontada como mecanismo necessário para coordenar informações e ações emergenciais.

Além disso, a comunidade destacou a importância de uma cultura de prevenção sustentada pela educação ambiental, propondo ações como hortas urbanas, compostagem e o engajamento de crianças em atividades educativas ligadas à sustentabilidade e ao cuidado com o território.

Fase 3 – Desenhar: planos de ação e organização comunitária

Na etapa Desenhar, os moradores da Cidade Baixa elaboraram um plano de governança comunitária baseado em cinco eixos estratégicos: 1. Redes comunitárias; 2. Comunicação e informação; 3. Educação para a prevenção; 4. Estruturas físicas; e 5. Sustentabilidade ambiental. Entre as ações propostas estavam simulações regulares de evacuação, rotas de fuga mapeadas e sinalizadas, mochilas emergenciais, fiscalização das casas de bomba e a criação de um aplicativo comunitário com conteúdos formativos sobre prevenção de riscos. Para um dos participantes, “a ideia seria propor [...] a criação de um aplicativo que

reúna [...] a atualização sobre os desastres possíveis junto com à Defesa Civil e dicas pra prevenção do que pode ocorrer; e a gente já está com algumas dicas de como lidar com essas situações de forma clara”.

Essas ações demonstram o amadurecimento da capacidade organizativa da comunidade e revelam, como propõe Tierney (2014), a emergência de capacidades adaptativas diante de contextos de risco. A elaboração de instrumentos próprios de comunicação e de protocolos de cuidado, desenhados coletivamente, mostra o quanto as epistemologias situadas são potentes para responder aos desafios contemporâneos.

Fase 4 – Viver: consolidação das propostas e continuidade

Na última fase, a Cidade Baixa definiu os cinco eixos mencionados na fase anterior como norteadores permanentes da sua governança comunitária, cada um deles com diretrizes específicas e ações previstas de continuidade. Foi firmada a intenção de criar comitês específicos para cada frente de atuação e de manter a articulação com instituições parceiras (escolas, ONGs, universidades e poder público), garantindo que as práticas de cuidado, prevenção e comunicação sigam sendo desenvolvidas de forma colaborativa e sustentável.

Quadro 1

Etapas	Objetivo	Sarandi	Cidade Baixa
Descobrir	Mapear experiências durante a enchente de 2024.	Solidariedade espontânea, rondas alimentares, cuidado com casas vizinhas, humor como resistência, protagonismo feminino. Escola e paróquia como infraestruturas afetivas. Sentimento de abandono.	Caos comunicacional, sirenes tardias, megafones gerando pânico, circulação de desinformação. WhatsApp como canal confiável. Fundação Pão dos Pobres como ponto de apoio.
Sonhar	Imaginar soluções ideais para comunicação e cuidado, sem restrições práticas.	App de alerta, placas ilustrativas, comunicação multicanal, sirenes em áreas vulneráveis, manuais simples. Combate à desinformação e fortalecimento de lideranças locais.	Centros comunitários equipados, geradores, contêineres para armazenamento de alimentos, rotas de fuga, comitê de crise, hortas e educação ambiental para prevenção.

Desenhar	Transformar os sonhos em planos concretos e estratégias operacionais.	Comitê local de crise, controle comunitário de fake news, produção de vídeos, abrigos, kits familiares, remuneração de lideranças, apoio psicológico, mapeamento territorial.	Comitê de crise estruturado, capacitação de agentes comunitários, simulações, rotas de fuga, mochila emergencial, App "CapacitaSul", cultura ambiental.
Viver	Consolidar os planos em projetos estruturantes com metas de continuidade e replicabilidade.	Quatro projetos: 1. Rede Comunitária de Proteção e Resposta; 2. Cuidar é Comunicar; 3. Vozes que Cuidam; 4. Cuidar de Quem Cuida.	Cinco eixos: 1. Redes Comunitárias; 2. Comunicação e Informação; 3. Educação para Prevenção; 4. Estruturas Físicas; 5. Sustentabilidade Ambiental.

Sistematização das vozes das comunidades Sarandi e Cidade Baixa

Fonte: elaborado pelos autores

Embora ambos os territórios tenham mobilizado redes de solidariedade e de comunicação comunitária, os dados revelam nuances importantes entre os contextos analisados. No Sarandi, território periférico marcado por desigualdades estruturais, as redes pré-existent de organização comunitária, como coletivos locais e instituições religiosas, desempenharam papel central na coordenação das respostas. Já na Cidade Baixa, área central com forte presença institucional e equipamentos culturais, a resposta comunitária articulou-se mais fortemente em torno de organizações assistenciais e redes de voluntariado. Essas diferenças evidenciam que as formas de governança comunitária do cuidado são profundamente situadas, refletindo histórias, infraestruturas sociais e repertórios organizativos específicos de cada região.

Discussão

Os resultados evidenciam que comunicação, cuidado e governança formam, nas comunidades afetadas, um sistema integrado e relacional de resposta coletiva aos desastres. Esses três elementos não atuam de forma isolada, mas compõem um ecossistema ético, simbólico e político, profundamente enraizado nos territórios. A comunicação, nesse contexto, é resignificada: deixa de ser apenas um instrumento funcional e passa a ser prática ética e relacional, como propõe Wolton (2006), pois comunicar exige vínculo, presença e reconhecimento mútuo. A escuta ativa, o compartilhamento de afetos e a construção conjunta de sentido emergiram como fundamentos de uma comunicação comprometida com o bem comum.

As comunidades demonstraram, de forma contundente, que informação sem cuidado produz insegurança e caos, enquanto a comunicação orientada pelo cuidado gera pertencimento, confiança e proteção. Durante as inundações de 2024, a ausência de respostas públicas claras foi compensada por redes de apoio locais, aplicativos de mensagens, redes de confiança e infraestruturas simbólicas e afetivas – como escolas, igrejas, centros culturais e lideranças de base. Isso reforça que a comunicação em contextos de crise não pode se restringir a alertas e protocolos, mas precisa ser construída com base no reconhecimento das experiências e saberes das comunidades.

O cuidado, por sua vez, manifestou-se em diferentes dimensões descritas pelas comunidades: emocionais, territoriais, organizacionais e políticas. A solidariedade entre vizinhos, a partilha de alimentos, a escuta ativa, o acolhimento e a organização autônoma foram reconhecidos como práticas legítimas de cuidado, que sustentaram a vida durante e após o desastre. Essa dinâmica confirma as contribuições de Gilligan (1982), Tronto (1993; 2013) e Molinier e Paperman (2015), ao afirmarem que o cuidado é, antes de tudo, uma prática relacional e política – isto é, envolve decisões sobre quem cuida, de quem, como, com quais recursos e com quais implicações sociais. Como se viu no Sarandi e na Cidade Baixa, o cuidado se tornou base para a governança comunitária emergente.

A ausência de ação coordenada por parte do Estado durante a enchente de 2024 confirma o que Beck (2011) descreve como “sociedade do risco”: um cenário em que os perigos globais são produzidos sistemicamente, mas recaem de forma desigual sobre populações vulnerabilizadas. As instituições, conforme aponta Bauman e Bordoni (2016), mostram-se frágeis diante da complexidade contemporânea, e as redes comunitárias passam a assumir o protagonismo da resposta social, muitas vezes sem reconhecimento ou apoio formal.

Nesse cenário, os workshops realizados demonstraram que as comunidades são espaços vivos de produção de conhecimento, onde saberes situados, memórias coletivas e afetos se transformam em estratégias práticas de cuidado e prevenção. O processo metodológico da Investigação Apreciativa possibilitou que os sujeitos não fossem apenas fontes de informação, mas coautores das soluções, ativando a imaginação coletiva, o pensamento analítico e crítico e a corresponsabilidade. Esse processo de cocriação, conforme apontam pesquisas recentes em comunicação participativa e ciência cidadã citadas anteriormente, é essencial para ampliar o engajamento e efetividade das estratégias comunicacionais em contextos de crise.

Os sonhos e planos elaborados revelam que a potencialidade das comunidades para projetar sistemas sustentáveis e afetivamente significativos de resposta, como comitês locais de crise, sistemas de alerta popular, redes de cuidado e estruturas de educação ambiental. Esse movimento aponta para a emergência de uma governança comunitária do cuidado, que não substitui o Estado, mas demanda que ele reconheça e articule-se a essas redes locais.

Como destaca Machado (2022), repensar a comunicação a partir do cuidado implica um deslocamento epistemológico, que valorize os modos de narrar, escutar e agir presentes nos territórios. Significa reconhecer as epistemologias do cuidado como fundamentos válidos para a construção de políticas públicas. Nesse sentido, a gestão pública precisa deixar de ver as comunidades apenas como destinatárias de ações e passar a reconhecê-las como coautoras de soluções e políticas. Incorporar a cultura do cuidado às práticas institucionais exige abrir espaços de escuta, redistribuir poder e valorizar os saberes invisibilizados historicamente.

Sem cuidado, não há comunicação ética possível, como bem aponta Toro (2023), e sem comunicação ética, não há democracia viva e responsiva. A cultura do cuidado, que emergiu organicamente nos bairros afetados de Porto Alegre, é uma prática civilizatória, orientada por vínculos, responsabilidade mútua e compromisso com a vida em comum. Assumir esse cuidado como paradigma organizador da comunicação pública e da gestão de risco é um desafio urgente diante da intensificação dos eventos climáticos extremos.

Considerações finais

A ética do cuidado permite compreender a vulnerabilidade não como um sinal de fraqueza, mas como dimensão ontológica da vida humana, que demanda atenção, escuta, empatia e respostas coletivas baseadas na interdependência. Em contextos de crise, como as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, essa ética se manifesta nas práticas espontâneas das comunidades e revela-se como fundamento possível para novas formas de governança e de comunicação pública.

Este estudo mostrou que comunidades afetadas por desastres são produtoras legítimas de conhecimento, dotadas de capacidade crítica, criatividade e saberes situados que lhes permitem não apenas reagir ao desastre, mas propor soluções concretas de cuidado, prevenção e informação. Ao longo dos quatro workshops realizados nos bairros Sarandi e Cidade Baixa, foi possível identificar um processo de autoconhecimento coletivo, imaginação política e elaboração de estratégias operacionais, que integram

cuidado, comunicação e governança comunitária como dimensões indissociáveis de uma resposta local e afetiva ao colapso institucional.

As práticas documentadas demonstram o que se pode chamar de epistemologia comunitária do cuidado, baseada no vínculo entre vizinhos, na confiança mútua, na escuta ativa e no reconhecimento da experiência vivida como fonte legítima de saber. Essa epistemologia tem potência transformadora não apenas para as comunidades envolvidas, mas também para as instituições públicas, que podem e devem incorporar metodologias participativas, como a investigação apreciativa, a seus protocolos de prevenção e gestão de risco. A cultura do cuidado não é apenas uma alternativa ética: é uma estratégia concreta de sobrevivência e reconstrução social, especialmente em territórios marcados pela desigualdade, ausência do Estado e recorrência de desastres.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa concentrou-se em dois territórios urbanos específicos, com histórias, redes de apoio e estruturas comunitárias já consolidadas. Entretanto, o desastre de 2024 atingiu mais da metade dos bairros de Porto Alegre, cada qual com suas especificidades territoriais, étnico-raciais, geracionais e econômicas. Ampliar o alcance deste trabalho é fundamental para compreender as múltiplas formas pelas quais o cuidado se articula e se tensiona em diferentes contextos. Pesquisas futuras podem aprofundar essa diversidade e comparar metodologias de cocriação em territórios com diferentes graus de organização comunitária.

Igualmente, as proposições elaboradas ao longo dos workshops devem ser compreendidas como expressões de imaginação política e planejamento comunitário, produzidas a partir das experiências vividas nos territórios. Mais do que evidências de políticas implementadas, elas constituem insumos coletivos capazes de orientar o desenvolvimento de estratégias públicas de comunicação de risco, cuidado e governança territorial.

Além disso, este trabalho reforça a relevância das ações extensionistas desenvolvidas pelas universidades, especialmente em momentos de emergência climática e desestruturação das redes institucionais. O compromisso com o impacto social das pesquisas com as comunidades e o diálogo entre saberes acadêmicos e populares são dimensões fundamentais para um trabalho extensionista crítico e transformador. Em tempos de crises socioambientais e climáticas, a universidade precisa estar nos territórios não apenas para estudar, mas para escutar e cocriar soluções alternativas e sustentáveis que fortaleçam a vida coletiva. Por fim, este artigo é um convite a repensar a comunicação de risco e a gestão de

desastres a partir de um paradigma que reconheça o cuidado como eixo estruturante da vida em comum. Cuidar, comunicar e governar são compreendidas como práticas interdependentes, que são potencializadas quando construídas com – e não apenas para – as comunidades.

Rosângela Florczak de Oliveira

Professora e atual Decana da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) e do Programa de Pós-Graduação em Teologia da mesma instituição. Coordena o Grupo de Pesquisa Crise, Comunicação e Cultura do Cuidado (Cuidar_Com).

Porto Alegre, RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8926-017X>

E-mail: rosangela.florczak@pucrs.br

Luana Chinazzo

Pesquisadora de pós-doutorado e professora colaboradora no PPGCOM/PUCRS. Doutora com dupla titulação em Comunicação Social pela PUCRS e em Sociologia pela Université Paul-Valéry Montpellier 3. Integrante do Grupo de Pesquisa Cuidar_Com e do Laboratório de Comunicação de Risco.

Porto Alegre, RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3090-9608>

E-mail: nluachinazzo@gmail.com

Francielle Benett Falavigna

Relações-públicas, doutora e mestra em Comunicação Social pelo PPGCOM/PUCRS. Professora na Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos, da PUCRS. Integrante do Grupo de Pesquisa Cuidar_Com e do Projeto de Extensão Comunicação de Risco em Comunidades Vulneráveis.

Porto Alegre, RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7912-9426>

E-mail: francielle.falavigna@pucrs.br

Referências

- ARAÚJO, L. F. A psicologia positiva como fomentadora do bem-estar e da felicidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 649-658, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n4/17.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- BALANDIER, G. **O social em tempos de incerteza**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2019.
- BAUMAN, Z.; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, U. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – Compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- COOPERRIDER, D.; WHITNEY, D. A. **Appreciative Inquiry – A Positive Revolution in Change**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GANDRA, A. Em 2024, alertas chegaram a toda a população em 42,9% do RS. **Agência Brasil**, Brasília, 4 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-10/em-2024-alertas-chegaram-toda-populacao-em-429-do-rs>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- GIARDULLO, P. *et al.* Citizen Science and Participatory Science Communication: An Empirically Informed Discussion Connecting Research and Theory. **Journal of Science Communication**, v. 22, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22323/2.22020201>. Acesso em: 10 jan. 2026.
- GILLIGAN, C. **In a Different Voice**: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Iray Carone. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente por bairros de Porto Alegre** (Censo Demográfico 2022). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smpg/observapoa>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- MACHADO, A. Filosofia africana: ética de cuidado e de pertencimento ou uma poética de encantamento. **Revista África e Africanidades**, ano 15, n. 61, 2022.
- MOLINIER, Pascale; PAPERMMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 43-57, 2015.

PALLUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Psicologia positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paideia**, v. 17, n. 36, p. 5-14, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a02.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

SELIGMAN, M. E. **Florescer**: Uma nova e visionária interpretação da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1964.

TORO, B. **El cuidado como paradigma ético de la nueva civilización**. Bogotá: Fundación Avina, 2023.

TRONTO, J. C. **Moral Boundaries**: A Political Argument for An Ethic Of Care. New York: Routledge, 1993.

TRONTO, J. **Caring Democracy**: Markets, Equality, and Justice. New York: New York University Press, 2013.

VARONA, F. **La intervención apreciativa**: una manera nueva, provocadora y efectiva para construir las organizaciones del siglo XXI. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2009.

VÁSQUEZ-GUEVARA, D.; WEISS, D.; MCINTOSH WHITE, J. Participatory Co-design of Science Communication Strategies for Public Engagement in The US and Ecuador Around Health Behaviour Change. **Research for All**, v. 6, n. 1, p. 1–18, 2022. <https://doi.org/10.14324/RFA.06.1.22>.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

Recebido em: 12 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 18 de março de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.